

AMABILI GUIZA
HELOÍSA AMANDA DE OLIVEIRA
JULIA TIRONI
KEVELIN VICTÓRIA DA SILVA
MARIANA STEFFENS
MIRELLA DE OLIVEIRA STRELOW
MIRELLA RIEGEL RIBEIRO

Acessibilidade e aprendizagem: um estudo nos câmpus IFSC de Jaraguá do Sul

AMABILI GUIZA
HELOÍSA AMANDA DE OLIVEIRA
JULIA TIRONI
KEVELIN VICTORIA DA SILVA
MARIANA STEFFENS
MIRELLA DE OLIVEIRA STRELOW
MIRELLA RIEGEL RIBEIRO

Acessibilidade e aprendizagem: um estudo nos câmpus IFSC de Jaraguá do Sul

Projeto de pesquisa desenvolvido no Programa Conectando Saberes do Curso Técnico em Modelagem do Vestuário, 1ª fase, do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Jaraguá do Sul – Centro, como integração entre as unidades curriculares e como eixo condutor à pesquisa.

Orientador: Marcus Vinícius Vieira Ferreira Ferreira.

Jaraguá do Sul
2026

SUMÁRIO

1 TEMA.....	3
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	3
3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	3
4 HIPÓTESES.....	3
5 OBJETIVOS.....	3
5.1 OBJETIVO GERAL.....	4
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	4
6 JUSTIFICATIVA.....	4
7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / REVISÃO DE LITERATURA.....	4
7.1 ACESSIBILIDADE EM NÍVEL MUNDIAL.....	5
7.2 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO BRASIL.....	6
7.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA CATARINA.....	6
7.4 O CONTEXTO DA INCLUSÃO NA INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA....	7
8 METODOLOGIA.....	8
9 CRONOGRAMA.....	8
REFERÊNCIAS.....	11

1 TEMA

Acessibilidade e seu impacto na aprendizagem na rede Federal de Santa Catarina.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Estudo sobre a acessibilidade e seu impacto no aprendizado de estudantes públicos alvo da educação especial no Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Jaraguá do Sul - Centro e Rau.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

De que forma a acessibilidade e a estrutura influenciam o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência (PcD) no IFSC Câmpus Jaraguá Centro e Rau?

4 HIPÓTESES

- A falta de inclusão de alunos com deficiência na infraestrutura da instituição escolar afeta o aprendizado e a socialização dos mesmos.
- Os alunos que recebem o apoio necessário da equipe escolar tem um melhor desempenho nas atividades realizadas comparado aos que não recebem.
- O IFSC apresenta práticas inclusivas que favorecem o processo de aprendizagem dos estudantes públicos alvo da Educação Especial.
- A presença de intérpretes de Libras no IFSC favorece o processo de aprendizagem dos estudantes surdos.

5 OBJETIVOS

Tendo em vista as hipóteses levantadas e a pergunta norteadora da pesquisa, chegou-se a um objetivo geral que contribua para buscar entender como a acessibilidade e inclusão nos IFSCs de Jaraguá do Sul contribuem para a aprendizagem do público alvo da educação especial.

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as condições de acessibilidade e as estratégias pedagógicas adotadas pelo IFSC nos Câmpus Jaraguá do Sul Centro e Rau, verificando sua contribuição no processo de aprendizagem de estudantes com deficiência.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar os recursos de acessibilidade e a estrutura física disponíveis nos câmpus Jaraguá do Sul – Centro e Rau;
2. Verificar a quantidade de estudantes PcDs e demanda de acessibilidade;
3. Verificar as Dificuldades dos estudantes em relação a acessibilidade e inclusão no ambiente escolar;
4. Investigar as estratégias de ensino utilizadas para promoção da acessibilidade à inclusão.

6 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as necessidades específicas de aprendizagem de estudantes com deficiência, e a nossa vivência no ensino fundamental nas redes públicas municipais e estaduais, surgiu a seguinte dúvida e inquietação, como a falta de acessibilidade e estrutura de uma instituição de ensino podem afetar o aprendizado desses estudantes. Ademais promover a inclusão e formar cidadãos para a transformação social, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural.

7 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA / REVISÃO DE LITERATURA

Em sua fundamentação, decidimos pesquisar e analisar como foi formado e criado o termo “acessibilidade” no mundo, e fomos aos poucos, delimitando-o, até chegarmos ao foco do que queríamos.

7.1 ACESSIBILIDADE EM NÍVEL MUNDIAL

A acessibilidade foi algo que se foi visto e feito a décadas, de acordo com estudos, desde a época dos gregos, já se foi vista a necessidade de ter alguma acessibilidade àqueles que tinham dificuldades nos movimentos.

Na década de 60, a acessibilidade foi uma pauta muito discutida por conta de movimentos sociais que lutavam pelo direito dessas pessoas. A criação de organizações como a National Federation of the Blind (Federação Nacional dos Cegos) nos Estados Unidos e a Disability Rights Movement (Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência) foram de grande ajuda para a maior visibilidade da necessidade de uma lei e de direitos para pessoas com deficiência.

De acordo com Feitosa e Righi (2016) a acessibilidade tornou-se relevante após a Segunda Guerra Mundial, traduzindo-se na constante mudança de postura dos governos e da Organização das Nações Unidas – ONU, que se sensibilizaram e conscientizaram da necessidade de aproximação dos militares com sequelas, e dos civis que retornavam mutilados dos conflitos.

Um dos grandes feitos para a comunidade de PcDs no mundo, e que revolucionou o jeito em que eram tratados, foi a Declaração de Salamanca. Foi declarada em Salamanca, de 7 a 10 de novembro de 1994, com mais de 300 participantes, 92 representantes de governos e 25 de instituições internacionais. Se reuniram com o intuito de criar uma educação inclusiva, examinando mudanças nas instituições e às mudando, para incluir uma educação inclusiva para todos. Foi feita junto à UNESCO e o governo de Espanha, contou com a presença de grandes educadores, assim como representantes das Nações Unidas e de organizações especializadas. Ela defende o direito de todas as crianças à educação, principalmente as com necessidades especiais, afirma que as escolas devem ser inclusivas, adaptando o ensino para todos. É um documento muito importante para fortalecer a inclusão, incentivando países do mundo inteiro a criar políticas que combatem a discriminação e a exclusão de PcDs nas escolas.

Esta atitude de inclusão social passou por reconhecimento internacional e nacional, de acordo com Leite (2011). Em 1970 a ONU promoveu o "Design Livre de Barreiras", hoje conhecido como "Desenho Universal", que tinha o principal objetivo de criar ambientes, produtos e comunicações para todas as pessoas, independente de suas condições físicas ou

mentais. Na época, seus focos eram edifícios, vias públicas e condições de educação e trabalho.

7.2 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO BRASIL

A lei brasileira sobre PcDs foi iniciada em 1961, com a lei 4.024, que se refere aos PcDs como “excepcionais” (em que, nos dias de hoje, é um termo difamatório). Um dos trechos da lei diz: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.”

Porém, se falarmos do Brasil nos tempos atuais, sua lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência), que é uma norma fundamental que garante direitos e estabelece deveres para promover a igualdade e a inclusão das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida (social, econômica, política e cultural), dados da Pnad Contínua 2022, apontaram que apenas 1 em cada 4 pessoas com deficiência conseguiu concluir a educação básica obrigatória no país. Cerca de 63% dessa parcela, com até 25 anos, não concluíram nem o ensino fundamental, e a taxa de analfabetismo desse grupo da população atingiu os 19,5%. No decreto número 12.686 é dito primeiramente a política de educação especial inclusiva garantindo o direito à educação inclusiva. Segundamente é falado sobre o atendimento especializado para PCDs e pessoas com transtorno com espectro autista. Fala também sobre os objetivos do AEE (Atendimento educacional especializado), é dito sobre a metodologia do sistema e de estratégias relacionadas ao AEE e informa sobre seu plano, e é colocado sobre as exigências para professores de atendimentos especializados e sobre suas funções.

Um dos decretos mais recentes é o decreto Nº 12.686/2025, o ministério da educação diz que, com ela “a educação especial será ofertada de forma transversal em todos os níveis, etapas e modalidades, com recursos e serviços que apoiem, complementem e suplementem o processo de escolarização.”, também se afirma que professores AEE devem ter formação inicial e, de preferência, especializada em educação especial inclusiva.

7.3 A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, a primeira ação de educação especial aconteceu em Brusque, no ano de 1955, voltada para o atendimento de pessoas com deficiência mental.

A partir da década de sessenta, houve a expansão no atendimento educacional das pessoas com deficiência, no território catarinense. O governo estadual através do Decreto nº692 determinou o funcionamento dos serviços de educação especial em parceria com a iniciativa privada.

A expansão dos serviços de educação especial em Santa Catarina veio exigir a criação de uma instituição pública que tivesse como propósito definir as diretrizes de funcionamento da educação especial em âmbito estadual e promovesse a capacitação de recursos humanos e a realização de estudos e pesquisas ligadas à prevenção, assistência e integração da pessoa com deficiência.

Com esse objetivo, foi criada pelo Decreto Estadual nº7.443 do ano de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Porém, foi através da Lei Estadual nº4.394, que em 1969 o estado catarinense assegura a todas as pessoas com deficiência o direito de frequentar uma sala de aula do ensino regular.

7.4 O CONTEXTO DA INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

No Instituto Federal de Santa Catarina as ações de inclusão são desenvolvidas em nível de reitoria através da Coordenadoria de Ações Inclusivas (CAI), que busca desenvolver um trabalho de colaboração para aperfeiçoar os processos educativos, e também impulsionar a expansão de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e as diferenças na sala de aula, especialmente negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, grupos sociais historicamente excluídos da educação.

Em cada câmpus, o Núcleo de Acessibilidade Educacional (NAE), está presente para garantir que a educação é um direito de todos e o atendimento às especificidades das pessoas que fazem parte do público-alvo da Educação Especial é uma garantia prevista na legislação brasileira. Esse setor incorpora profissionais de diversas áreas que buscam promover processos educativos e melhores condições para promoção do processo de ensino, aprendizagem e inclusão em cada câmpus.

8 METODOLOGIA

A pesquisa será realizada nos Câmpus IFSC Jaraguá do Sul - Centro e Rau, cujo uma das missões é promover a inclusão e formar cidadãos para a transformação social. Tais valores foram motivadores para a avaliação de estruturas auxiliares para pessoas com deficiências.

Para desenvolvimento da pesquisa serão realizadas entrevistas, pesquisas, questionários, visitas e análises nos dois câmpus de Jaraguá do Sul.

As entrevistas serão feitas pessoalmente, ouvindo tanto alunos quanto professores da instituição. Os questionários serão aplicados por meio do site Google Forms, compartilhado e divulgado para as turmas.

A pesquisa tem caráter qualitativo, pois busca compreender as percepções, experiências e dificuldades vivenciadas por estudantes com deficiência em relação à acessibilidade e ao processo de ensino e aprendizagem no Instituto Federal de Santa Catarina, mais precisamente nos câmpus Jaraguá do Sul – Centro e Rau.

A análise será feita a partir da interpretação das informações coletadas, considerando a realidade e o contexto dos participantes.

9 CRONOGRAMA

Atividades	2026.1					2026.2					
	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Identificação do tema	X										
Organização das ideias e início do projeto	X	X									
Levantamento Bibliográfico	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X

Entrevistas											
Análise dos Questionários									X	X	
Elaboração do Relatório Parcial									X	X	
Revisão e Ajustes										X	
Entrega do Relatório Parcial											X
Apresentação do Relatório											X

REFERÊNCIAS

AÇÕES INCLUSIVAS. **IFSC Câmpus Jaraguá do Sul**, Jaraguá do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/web/campus-jaragua-do-sul/acoes-inclusivas>. Acesso em: 12 maio. 2026.

BRASIL. **Decreto-lei n. 12686, de 20 de outubro de 2025**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. **Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13146, de 6 de julho de 2015**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso: 16 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Governo institui a Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/governo-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva>. Acesso em: 29 maio. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Brasília: MEC, 2026. Disponível em: <https://mecnormas.mec.gov.br/pesquisa/detalhar/11240>. Acesso em: 30 maio. 2026.

EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Jaraguadosul.sc.gov.br**, 2025. Disponível em: Apresentação – Educação Especial. Acesso em: 16 de abr. 2026.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. **Todos pela educação**, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

FEITOSA, Lucas de Souza Ramalhaes; RIGHI, Roberto. **Revista nacional de Gerenciamento de cidades: Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil**. 4. ed. São Paulo: ANAP, 2016.

FRANCISCO, Adilson. **Inclusão educacional: A evolução dessa conquista no Estado de Santa Catarina**. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Curso de Matemática, 2009.

LEITE, Flávia Piva Almeida. **Revista nacional de Gerenciamento de cidades: Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil**. 4. ed. São Paulo: ANAP, 2016.

SANTA CATARINA. **Lei Estadual n. 4394, de 20 de novembro de 1969**. Santa Catarina, Florianópolis: Procedência Governamental, 1969. Disponível em:

<https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-4394-1969-santa-catarina-dispoe-sobre-o-sistema-estadual-de-ensino-de-santa-catarina>. Acesso em: 17 abr. 2026.